


**RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DE MATO GROSSO**

**LEARNING RECOVERY: CHALLENGES AND STRATEGIES IN EDUCATIONAL
POLICIES IN BRAZIL AND MATO GROSSO**

**RECOMPOSICIÓN DEL APRENDIZAJE: DESAFÍOS Y ESTRATEGIAS EN LAS
POLÍTICAS EDUCATIVAS DE BRASIL Y DE MATO GROSSO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-358>

Data de submissão: 30/06/2025

Data de publicação: 30/07/2025

Adriana Rodrigues dos Santos Brito

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Endereço: Mato Grosso, Brasil

E-mail: adriana.brito@unemat.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7082531649735884>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8809-1001>

Ana Paula Rodrigues de Souza

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: anarodriso@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7641232469647919>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5246-3961>

José Humberto Veríssimo Zuchetti

Mestre em Educação

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: professorhumbertovz@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4055811712995755>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6905-4205>

RESUMO

O artigo analisa as estratégias de recomposição das aprendizagens adotadas pelo governo federal e pelo estado de Mato Grosso, destacando o papel mediador dos professores nesse processo. A partir das teorias do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública, discute as tensões entre uma gestão focada em resultados e uma educação humanizada. Examina programas como PRA-MT e Avalia MT, enfatizando a valorização da autonomia pedagógica e do protagonismo docente para enfrentar desigualdades e aprimorar a qualidade da educação pública no contexto pós-pandemia.

Palavras-chave: Recomposição das Aprendizagens. Autonomia Pedagógica. Nova Gestão Pública.

ABSTRACT

The article analyzes the learning recovery strategies adopted by the federal government and the state of Mato Grosso, highlighting the mediating role of teachers in this process. Based on neoliberalism and New Public Management theories, it discusses the tensions between management focused on

results and a humanized education approach. It examines programs such as PRA-MT and Avalia MT, emphasizing the importance of pedagogical autonomy and teacher leadership to address inequalities and improve the quality of public education in the post-pandemic context.

Keywords: Recovery of Learning. Pedagogical Autonomy. New Public Management.

RESUMEN

El artículo analiza las estrategias de recomposición del aprendizaje adoptadas por el gobierno federal y el estado de Mato Grosso, destacando el papel mediador de los docentes en este proceso. Basado en las teorías del neoliberalismo y la Nueva Gestión Pública, discute las tensiones entre una gestión orientada a resultados y un enfoque educativo humanizado. Examina programas como PRA-MT y Avalia MT, enfatizando la importancia de la autonomía pedagógica y el protagonismo docente para enfrentar las desigualdades y mejorar la calidad de la educación pública en el contexto pospandemia.

Palabras clave: Recuperación del Aprendizaje. Autonomía Pedagógica. Nueva Gestión Pública.

1 INTRODUÇÃO

A recomposição das aprendizagens tem se destacado como tema central nas políticas educacionais brasileiras, especialmente diante dos impactos da pandemia de Covid-19, que agravou as desigualdades e comprometeu a qualidade do ensino (MEC, 2025). Este artigo analisa as estratégias adotadas pelos governos federal e do estado de Mato Grosso para enfrentar esses desafios, com foco no papel mediador dos professores nesse processo. O estudo se apoia nas teorias do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública para examinar as tensões entre uma gestão educacional orientada por resultados e a necessidade de uma educação humanizada e libertadora.

Utilizando uma abordagem qualitativa e a análise documental de programas como o PRA-MT e o sistema Avalia MT, este trabalho debate como as políticas públicas incorporam diretrizes internacionais adaptadas à realidade local, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à autonomia pedagógica e à valorização do protagonismo docente. O objetivo é evidenciar que a superação das desigualdades educacionais depende da construção de práticas que equilibrem eficiência administrativa e atenção às especificidades dos estudantes, fortalecendo o processo de recomposição das aprendizagens.

2 O OLHAR HUMANIZADO DO PROFESSOR: UM ELO ENTRE POLÍTICAS E PESSOAS

A desigualdade na educação no Brasil é um desafio histórico, marcado por diferenças regionais e socioeconômicas que afetam o acesso e o desempenho escolar de muitos alunos. Apesar das políticas públicas, ainda existem obstáculos significativos, principalmente para os grupos mais vulneráveis. A qualidade do ensino varia amplamente em todo o território nacional, o que resulta em interrupções nas trajetórias acadêmicas e déficits no aprendizado, desde a educação básica até o ensino médio (MEC, 2024).

Segundo Gutiérrez (1988, p. 26), “a situação socioeconômica do estudante condiciona não só sua entrada na escola, como também constitui uma séria restrição durante toda sua trajetória escolar”. Essa realidade se reflete no cotidiano escolar, onde a educação para as populações vulneráveis continua a ser marcada pela exclusão e pela falta de equidade. Como Gutiérrez (1988, p. 27) afirma, a igualdade formal e legal não garante uma igualdade real, e reconhecer isso é essencial para promover mudanças significativas.

A luta por uma educação justa e igualitária exige mais do que leis: demanda sensibilidade, coragem e compromisso com a transformação social. A recomposição da aprendizagem (RA) pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, mas sua eficácia depende da implementação

adequada de políticas e programas, além do papel fundamental do professor, que deve ser o mediador entre o conhecimento sistematizado e a trajetória dos alunos (FREIRE, 1996).

A recomposição da aprendizagem é um processo que envolve ações planejadas para recuperar conhecimentos e habilidades essenciais (MEC, 2024). Santos e Cruz (2023) destacam que a colaboração entre professores e alunos, com respeito às diferentes realidades, é essencial para esse processo. Bacila (2024) reforça a importância de um ambiente inclusivo e colaborativo, onde os educadores promovem aprendizagens profundas e significativas, indo além da revisão de conteúdos e fortalecendo a base educacional de todos os estudantes.

Em consonância com esse olhar, Saviani (1995, p. 17) oferece uma compreensão filosófica da educação como processo intencional de humanização:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Pensar a recomposição da aprendizagem (RA) é compreender que não se trata apenas de repor conteúdos ausentes, mas de retomar o processo de humanização, muitas vezes interrompido. A RA exige uma ação ética e política do educador, que deve reconhecer o aluno como um ser portador de história, cultura e dignidade, garantindo oportunidades educacionais para todos, conforme a educação pública como um direito social (SAVIANI, 1991). A recomposição deve ser, portanto, um movimento que vá além das defasagens de aprendizagem, focando também na formação integral dos estudantes.

O professor, como protagonista da sala de aula, é quem traduz as políticas educacionais em ações concretas, sendo responsável por observar, escutar e propor estratégias adequadas às necessidades de um grupo heterogêneo de alunos. A RA exige mais do que técnicas e recursos, demandando práticas pedagógicas reflexivas, consistentes e intencionais, pautadas na ação-reflexão-ação. A formação continuada, como cursos de pós-graduação, é essencial para o aprimoramento da atuação docente, permitindo que o professor retorne à academia com novos questionamentos sobre sua prática (SOUZA, 2022).

No contexto da RA, a prática educativa deve ser entendida como um espaço de diálogo entre professor e aluno, onde as experiências prévias se unem ao desenvolvimento de novas competências. A atividade docente é uma ação intencional, crítica e ética, que deve ser constantemente analisada e adaptada às reais necessidades dos estudantes (FREIRE, 1996; LIBÂNEO, 2014; SAVIANI, 2007). O professor, como agente de transformação social, deve trabalhar pela superação das desigualdades e

pela democratização do conhecimento, tornando a recomposição da aprendizagem um ato humano, amoroso e politicamente comprometido.

A seguir, apresenta-se uma síntese da Política Nacional de Recomposição da Aprendizagem.

3 POLÍTICA NACIONAL DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Pacto Nacional de Recomposição das Aprendizagens, instituído pelo Decreto 12.391/2025, tem como objetivo garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes por meio de práticas pedagógicas e de gestão educacional. Executado pelo Ministério da Educação em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, o Pacto visa identificar falhas nas aprendizagens, analisar os impactos de emergências na educação e planejar ações para reorganizar infraestrutura e currículos, promovendo equidade. Seus principais objetivos incluem coordenar ações para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação, fornecer suporte técnico e financeiro às escolas públicas, apoiar a reorganização curricular e distribuir materiais de apoio, além de investir na formação continuada dos profissionais da educação com foco na recuperação das aprendizagens.

O Pacto de adesão para Estados, Distrito Federal e Municípios é voluntário, formalizado por um termo assinado pelo chefe do Poder Executivo. Os entes que aderem ao Pacto devem diagnosticar as defasagens de aprendizagem em suas instituições, utilizando a Plataforma de Avaliação e, quando necessário, colaborando com o Inep. A adesão permite o recebimento de assistência técnica e financeira da União, além de exigir o desenvolvimento de uma política de recuperação das aprendizagens, que envolve monitoramento, gestão educacional, formação continuada dos profissionais, preparação para emergências e disponibilização de materiais suplementares. Parcerias com organizações sem fins lucrativos e outras instituições também podem ser estabelecidas para apoiar a educação e facilitar a manutenção da Plataforma de Avaliação.

De acordo com o *Guia para implementação da recomposição das aprendizagens* (BRASIL, 2024), os resultados de aprendizagem no Brasil ainda são preocupantes, com dados do SAEB de 2019 mostrando que apenas 35% dos alunos do Ensino Fundamental atingiram níveis adequados de proficiência em Língua Portuguesa e 18% em Matemática. O Ideb de 2024 confirma o agravamento das desigualdades educacionais, apesar das ações para combater a evasão e recuperar o aprendizado desde 2020. O MEC, em parceria com a Unesco, Unicef e Banco Mundial, publicou o RAPID, que apresenta iniciativas e políticas baseadas em evidências para enfrentar as lacunas de aprendizagem, com foco em garantir a permanência dos alunos na escola, realizar avaliações frequentes, priorizar habilidades básicas, aprimorar a eficácia do ensino e promover o bem-estar psicossocial.

A seguir será apresentado o resumo do quadro RAPID conforme apresentado no guia supracitado.

Quadro 1 – Resumo do quadro RAPID conforme Guia para implementação da recomposição das aprendizagens (BRASIL,2024)

AÇÃO	O QUE É?	POR QUE É IMPORTANTE?	PARA QUE SERVE?
REINSERIR	Ação para trazer o(a) estudante de volta e mantê-lo(a) na escola.	Evita o risco de evasão dos(as) estudantes.	Assegurar o direito de acesso e permanência do(a) estudante na escola.
AVALIAR	Processos avaliativos regulares e contínuos para identificar o nível de aprendizagem do(a) estudante.	Possibilita o diagnóstico das perdas de aprendizagem e direciona o planejamento das práticas pedagógicas.	Elaborar planos de recomposição das aprendizagens baseados em evidências que demonstrem os diferentes níveis de aprendizagem dos(as) estudantes.
PRIORIZAR	Seleção de habilidades fundamentais e que impactam na progressão e na aprendizagem de novos conhecimentos, em todas as etapas da Educação Básica.	Assegura o direito à aprendizagem e possibilita a superação das defasagens para que o(a) estudante avance com os conhecimentos esperados.	Identificar e selecionar as habilidades essenciais que impactam na progressão das demais e que indicam defasagem na aprendizagem.
INCREMENTAR	Desenvolvimento de ações para recomposição intensiva com ampliação do tempo escolar, reagrupamento temporário de turmas, práticas pedagógicas, materiais complementares e formação docente.	Promove a aprendizagem significativa, reconhecendo os diferentes níveis de aprendizagem e apoia o desenvolvimento da prática pedagógica.	Desenvolver a prática pedagógica para diferentes níveis de aprendizagem, com novas metodologias, apoiadas em material didático adequado para atender às defasagens de aprendizagem.
DESENVOLVER	Cuidado e atenção com a saúde psicossocial e o bem-estar dos(as) docentes e estudantes	Proporciona um ambiente saudável para que ocorra o ensino e a aprendizagem com bem-estar, acolhimento e segurança nutricional.	Possibilitar que docentes e estudantes estejam em condições saudáveis para o desenvolvimento das atividades dentro e fora da escola.

Fonte: Guia para implementação da recomposição das aprendizagens (BRASIL, 2024).

O modelo RAPID, apresentado no *Guia para Implementação da Recomposição das Aprendizagens* (BRASIL, 2024), é uma iniciativa global desenvolvida por entidades como Unesco, Unicef e Banco Mundial, com o objetivo de fornecer diretrizes para a recuperação das aprendizagens em contextos educacionais com dificuldades, especialmente nas redes públicas brasileiras, agravadas pela pandemia. Ele é composto por cinco dimensões, começando com a "Reintegração dos alunos", que destaca a importância de restabelecer a conexão entre estudantes e escolas por meio de acolhimento e suporte psicossocial, além da simples reinstalação física. A segunda dimensão, "Análise dos níveis de aprendizado", enfatiza a necessidade de avaliações de qualidade para detectar falhas cognitivas, sendo crucial para o sucesso da intervenção. Já a terceira, "Dar destaque às competências básicas", propõe a reestruturação do currículo para focar no essencial, embora possa gerar preocupações sobre a perda de áreas como artes e educação física.

A quarta dimensão, "Melhoria do ensino e das possibilidades de aprendizado", sugere a ampliação da jornada escolar e a diversificação metodológica, mas requer investimentos contínuos em infraestrutura e capacitação docente. A quinta e última dimensão, "Promoção do bem-estar psicossocial", é uma das mais inovadoras, reconhecendo que o aprendizado está intimamente ligado

à saúde mental dos alunos, mas enfrenta desafios devido à falta de profissionais qualificados nas redes públicas. O modelo RAPID também propõe quatro eixos principais para a recomposição da aprendizagem: reorganização curricular, escopo e sequência, material didático de apoio e avaliações e mediações pedagógicas, com um roteiro dividido em seis etapas, incluindo a formação de um grupo de trabalho interdisciplinar, a adaptação de materiais e a criação de avaliações contínuas.

As estratégias para implementação do modelo RAPID foram adotadas por diversas redes de ensino estaduais e municipais, como os programas Educação 10 anos em Mato Grosso, Diretrizes Operacionais 2024 na Paraíba, Revisa Goiás e Avaliação e Monitoramento no Rio Grande do Norte, alinhados com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). O Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, que integra essas iniciativas, envolve outros programas do MEC, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Escola das Adolescências, Escola em Tempo Integral e Escolas Conectadas, ressaltando a importância da colaboração entre governos, educadores e sociedade civil para garantir o sucesso da recomposição educacional.

A seguir, será apresentado como essa iniciativa se manifesta no Estado de Mato Grosso.

4 ESTRATÉGIAS PARA RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM EM MATO GROSSO

No estado de Mato Grosso, foram implementadas ações e programas voltados à recomposição da aprendizagem, entre os quais se destacam: o Programa Educação 10 Anos, o Alfabetiza MT, a atuação da Secretaria Adjunta de Regime de Colaboração e o Programa de Recomposição da Aprendizagem para o Ensino Médio (PRA-MT).

O Programa Educação 10 Anos define metas ousadas para aumentar o IDEB e erradicar o analfabetismo até 2032, integrando princípios como equidade, valorização dos profissionais e gestão orientada a resultados. O Alfabetiza MT, implementado em parceria com os municípios, visa assegurar que as crianças sejam alfabetizadas na idade apropriada, oferecendo suporte técnico e capacitação contínua aos educadores. Por sua vez, o PRA-MT concentra-se na recuperação das aprendizagens no Ensino Médio.

A atuação da Secretaria Adjunta de Regime de Colaboração visa fortalecer a cooperação entre as redes municipais e estaduais, promovendo ações conjuntas, compartilhamento de recursos e acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo com as principais características desses programas.

Quadro 2 – Programas de Recomposição de Aprendizagem em Mato Grosso

Programa	Público-alvo	Foco principal	Estratégias adotadas	Abrangência
PRA MT - (Programa de Recomposição da Aprendizagem para o Ensino Médio)	Estudantes do Ensino Médio	Correção de defasagens e distorção idade-série	Reclassificação escolar, tecnologias educacionais, avaliação diagnóstica, formação docente.	Estadual
SARC – (Secretaria Adjunta de Regime de Colaboração)	Redes estaduais e municipais de ensino	Promover o fortalecimento da aprendizagem e a melhoria dos índices educacionais	Apoio às redes de ensino municipais, incluindo a formação de educadores, a avaliação de aprendizado e a disponibilização de tecnologias. Iniciativas para reduzir a evasão, unificar matrículas e calendários, além de compartilhar plataformas e materiais didáticos, visando melhorar a gestão escolar e os resultados educacionais.	Estadual e municipal (via parcerias)
Alfabetiza MT	1º e 2º ano do Ensino Fundamental	Alfabetização na idade certa	Apoio pedagógico às escolas, monitoramento por indicadores, reforço das práticas de alfabetização.	Estadual (com adesão municipal)
EducAção 10 Anos	Educação Básica completa	Melhoria global dos indicadores educacionais até 2032	Política integrada com foco em recomposição, valorização docente, tecnologia e gestão.	Estratégico (abrange e complementa os demais)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Decreto nº 1.497, de 10 de outubro de 2022, instituiu o Programa EducAção - 10 Anos no Estado de Mato Grosso. Este programa, além de apresentar-se como essencial para a garantia da melhoria na educação em diferentes aspectos, busca posicionar Mato Grosso entre os dez melhores estados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até 2026 e entre os cinco melhores até 2032, além de erradicar o analfabetismo e o abandono escolar no ensino fundamental. As ações se pautam no Plano Estadual de Educação, que estabelece metas a serem monitoradas por indicadores como o IDEB e taxas de alfabetização e abandono, organizadas em seis pilares estratégicos: aspectos educacionais, diversidade, tecnologia, valorização dos profissionais, gestão de resultados e infraestrutura.

Os principais elementos dessa política incluem material didático, plataforma digital, avaliações contínuas, formação contínua dos professores e um Circuito de Gestão. O programa utiliza os resultados de aprendizagens do Sistema Avalia – MT para identificar as habilidades prioritárias dos conteúdos curriculares e revisar o Plano Estadual de Recomposição de Aprendizagem, que serve como diretriz para o trabalho com a recomposição das aprendizagens, especialmente em relação às habilidades que não foram consolidadas nos anos escolares adequados. Segundo Costa (2024, p. 12),

Considerando o peso dos resultados nos testes padronizados para apuração do IMQE, a SEDUC/MT atualizou o Sistema de Avaliação de Mato Grosso – Avalia MT, programa criado em 2016. A partir da adoção do PARC, houve uma nova versão do Avalia MT, com o objetivo “de subsidiar o trabalho e a intervenção das áreas pedagógicas, sobretudo, do trabalho desempenhado pelos professores junto aos estudantes através de Avaliações Diagnósticas como subsídios às decisões sobre atos pedagógicos” (...) Para tanto, houve a contratação do Caed/UFJF, por meio de Termo de Convênio nº 073/2021, para implementar o Sistema de Avaliação de Mato Grosso, visando à aplicação da avaliação formativa, avaliação de fluência em leitura, avaliação somativa e capacitação do curso de desenvolvimento profissional. Por meio da Portaria nº 788/2022/SEDUC/MT, de 31 de outubro de 2022, estabeleceram-se as diretrizes para a realização da avaliação somativa do Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso (Avalia – MT).

Costa (2024) destaca a reorganização do Sistema Avalia MT realizada pela SEDUC/MT, com o objetivo de aprimorar os índices educacionais relacionados ao IMQE. A atualização, que inclui a implementação do PARC e a consultoria técnica do Caed/UFJF, reforça o emprego de avaliações diagnósticas, formativas e somativas como apoio à atividade pedagógica. A Portaria nº 788/2022 formaliza essa iniciativa, proporcionando orientações às escolas sobre as diretrizes da avaliação somativa no estado.

A Secretaria Adjunta de Regime de Colaboração (SARC) atua em regime de colaboração na Recomposição de Aprendizagem, oferecendo materiais educacionais em Língua Portuguesa e Matemática, conforme as diretrizes da BNCC e DRC-MT, com foco nas necessidades de cada nível de ensino. Além disso, promove formação contínua para professores, metodologias ativas, monitoramento de avaliações diagnósticas e parcerias com municípios.

O Conselho Estadual De Educação Do Mato Grosso, com base nas suas competências legais e nas diretrizes da legislação vigente, aprovou o Programa de Recomposição da Aprendizagem para o Ensino Médio (PRA-MT) apresentado pela SEDUC-MT através da Portaria Nº 024/2025/GAB/CEE-MT. O objetivo do programa é melhorar o ensino nas escolas da rede pública estadual, focando na recuperação das aprendizagens essenciais dos alunos, correção do fluxo escolar e treinamento contínuo dos educadores. As ações serão coordenadas pela Secretaria de Educação, com critérios para seleção das escolas e metodologias de avaliação. O programa entrou em vigor na data de sua publicação (23 de maio de 2025).

A Portaria nº 558/2025/GS/SEDUC/MT estabelece os critérios que as escolas da rede pública estadual de Mato Grosso devem seguir para a avaliação dos alunos no ano letivo de 2025. Esta norma, assinada pelo Secretário de Estado de Educação, considera legislações anteriores e normas que visam combater a evasão escolar e organizar o Ensino Médio. Assim, são definidos padrões de avaliação tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, com detalhes sobre a forma de atribuição de notas, conceitos e médias mínimas necessárias para aprovação.

Quanto ao Ensino Médio, a avaliação será composta por notas numéricas de 0,0 a 10,0 e conceitos de desempenho (Básico, Intermediário e Avançado) para os Itinerários Formativos. A média mínima para ser aprovado em cada componente é de 6,0, com um sistema de arredondamento definido. Com relação ao Ensino Fundamental, a estrutura de avaliação segue um padrão similar, mas a organização será em ciclos de aprendizado. Além disso, há uma organização específica para a Educação de Jovens e Adultos, que requer atenção específica devido à diversidade de experiências dos alunos.

Outro ponto importante abordado na portaria é a recomposição da aprendizagem, que se destina aos alunos que não conseguiram atingir as competências necessárias. Esse processo conta com avaliações bimestrais e provas finais semestrais, que buscam identificar e suprir as lacunas no aprendizado. Os professores são responsáveis por elaborar essas avaliações, que devem estar alinhadas às necessidades dos alunos. O desempenho nas provas de recomposição impactará na nota final do bimestre e possibilitará que os alunos melhorem os resultados alcançados no semestre.

A portaria também menciona a avaliação de dependência escolar, aplicável aos alunos do Ensino Médio que ainda não conseguiram aprovação em até quatro disciplinas. Nesse caso, os estudantes podem ser progressivamente promovidos, desde que respeitados os parâmetros da educação profissional e tecnológica. As avaliações de dependência têm como objetivo trabalhar os conteúdos de todos os bimestres, superando deficiências e garantindo um acompanhamento pedagógico adequado.

Ao comparar as diretrizes do Programa de RA instituído pelo Governo Federal com as Políticas adotadas no Estado de Mato Grosso, desde o Programa Educação 10 anos, o Plano Estadual de Recomposição de Aprendizagem e do Programa PRA MT, observa-se alinhamento significativo. Contudo, é importante destacar que, enquanto o Pacto Nacional propõe ações estruturadas como avaliação diagnóstica, reorganização curricular e formação continuada de professores para reduzir os impactos da pandemia, Mato Grosso tem adotado o uso de tecnologias educacionais, laboratórios de aprendizagem e materiais pedagógicos integrados ao currículo.

A iniciativa do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens pode ser examinada sob a perspectiva das críticas de autores como Costa (2019), Silva (2021), Ravitch (2011), Freitas (2018), Ball e Mainardes (2011) e Apple (2005). Apesar de seu objetivo explícito de promover a equidade e abordar as lacunas educacionais acentuadas pela pandemia, sua estrutura apresenta elementos da Nova Gestão Pública (NGP) e da lógica neoliberal. A ênfase em avaliações diagnósticas, a reestruturação curricular voltada para competências essenciais e a utilização de plataformas digitais para monitorar resultados refletem uma racionalidade gerencial contestada por esses pensadores. Ball e Mainardes

(2011) alertam para a disseminação global de modelos de gestão que priorizam eficiência e controle, enquanto Apple critica a padronização curricular como uma forma de dominação cultural. Freitas (2018) e Ravitch (2011) destacam os perigos da responsabilização excessiva e da precarização do trabalho docente, questões que podem surgir quando políticas como o Pacto são implementadas sem um diálogo efetivo com os educadores.

Portanto, embora o programa represente um esforço significativo para reduzir desigualdades, é importante que sua implementação seja crítica, colaborativa e atenta às advertências desses autores, evitando que a recomposição das aprendizagens se transforme em mais uma ferramenta de controle tecnocrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de recomposição das aprendizagens adotadas no Brasil e em Mato Grosso demonstram a complexidade de integrar diretrizes nacionais e internacionais às realidades locais, especialmente em um cenário pós-pandêmico marcado por desigualdades profundas. A atuação dos docentes, valorizando sua autonomia pedagógica e protagonismo, revelou-se elemento imprescindível para que as políticas públicas transcendam a lógica meramente burocrática e alcancem efeitos concretos na melhoria da qualidade educacional. Programas como PRA-MT e Avalia MT exemplificam esse esforço, combinando avaliação diagnóstica, formação contínua e uso de tecnologias para responder aos desafios impostos pela defasagem escolar.

Entretanto, permanece o desafio de equilibrar a necessidade de resultados mensuráveis com a preservação de uma educação que fomente o senso crítico, a diversidade cultural e o desenvolvimento integral dos estudantes. A recomposição das aprendizagens, para ser efetiva, precisa considerar não apenas indicadores quantitativos, mas também os aspectos qualitativos da experiência escolar, valorizando o olhar sensível do professor como mediador e agente de transformação social. Assim, a continuidade e aprimoramento dessas políticas dependerão do reforço das parcerias entre os entes governamentais, das condições adequadas para o exercício docente e do compromisso coletivo com a equidade educacional.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado:** compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Tradução de Gilka Leite Garcia, Luciana Ache. Rio de Janeiro, 2005.

BACILA, Maria Sílvia. Da recuperação à recomposição das aprendizagens: o que dizem as leis de ensino. *In: Recomposição das aprendizagens:* políticas públicas, práticas pedagógicas, formação continuada. 1. ed. Curitiba: Editora Bagai, 2024. 194 p. Disponível em: <file:///C:/Users/ANARO/Desktop/RECOMPOSI%C3%87%C3%83O/Recomposi%C3%A7%C3%A3o%20das%20Aprendizagens.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.391-de-28-de-fevereiro-de-2025-615748999>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como funciona o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/como-funciona>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contexto do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/contexto>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia para implementação da recomposição das aprendizagens.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/guia-recomposicao-aprendizagens.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>. Acesso em: 18 jul. 2025.

COSTA, Marilda de Oliveira. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público-privadas: mapeando conceitos, tendências e influência na educação. **RBPAE**, v. 35, n. 1, p. 159-179, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/89875>. Acesso em: 16 nov. 2024.

COSTA, Marilda de Oliveira. ICMS-Educação e governança por resultados em Mato Grosso: aspectos legais, programas e atores em movimento. **Revista de Financiamento da Educação – Fineduca**, v. 14, n. 15, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Elza (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 63-93.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Portaria nº 024/2025/GAB/CEE-MT, de 17 de julho de 2025. Estabelece diretrizes para a recomposição da aprendizagem no âmbito do Sistema Estadual de Ensino. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 18 jul. 2025. Disponível em: <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18467#/p:109/e:18467?find=recomposi%20de%20aprendizagem>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.497, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre o Programa Educação 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, MT, 11 out. 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=1988>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 558/2025/GS/SEDUC/MT, de 18 de julho de 2025. Estabelece diretrizes complementares para a recomposição da aprendizagem no âmbito da rede estadual de ensino. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, MT, 19 jul. 2025. Disponível em: <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18518#/p:78/e:18518?find=recomposi%20de%20aprendizagem>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Recomposição da Aprendizagem**. Cuiabá, MT: Seduc-MT, 2024. Disponível em: <https://municipios.seduc.mt.gov.br/programaseprojetos/recomposi%C3%A7%C3%A3o-da-aprendizagem>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Revista Educação 10 Anos: edição nº 2**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2023. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/16806793/Revista+Educa%C3%A7%C3%A3o+10+Anos++Edi%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+2+%281%29.pdf/c9d3ca17-6132-2155-7a12-6bc7916e35b8?t=1683296997163>. Acesso em: 19 jul. 2025.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, H. M. O.; SILVA, L. C. **Recomposição da aprendizagem no 4.º e 5.º ano do Ensino Fundamental em Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pedagogia. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara**. 11. ed. comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (Seduc-MT). **Programa de Recomposição da Aprendizagem (PRA-MT)**. Cuiabá: Seduc-MT, 2025. Disponível em: site da Seduc-MT. Acesso em: jul. 2025.

SILVA, Maria Vieira. **Educação pública, estado zero: tendências de privatização no âmbito da nova gestão pública na Inglaterra**. 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2021.

SOUZA, Ana Paula Rodrigues de. **Desenvolvimento profissional dos professores da educação básica e a pedagogia universitária na pós-graduação stricto sensu**. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.